

ENTREVISTA

Por um setor mais digno

Num momento em que o setor se encontra, como nunca, à luz do escrutínio público, Rogério Alves, presidente da Associação de Empresas de Segurança (AES) faz o balanço da atividade da AES e coloca o dedo na ferida de alguns dos principais constrangimentos do mercado

Numa entrevista, em 2015, alertava que eram poucas as empresas de segurança que cumpriam a legislação. Este cenário prevalece?

A AES tem vindo a insistir, de forma continuada, na denúncia de situações que, de forma mais ou menos nítida, transmitem suspeitas sólidas quanto ao incumprimento da lei e dos contratos coletivos de trabalho. Refiro-me à submissão de trabalhadores a períodos excessivos de trabalho, à falta de pagamentos devidos e dos descontos que os acompanhariam, a remunerações feitas em numerário e à margem de qualquer declaração, e outros comportamentos semelhantes, que consistem, afinal, nas manifestações mais comuns do que chamamos trabalho não declarado. Aliás, ainda há poucos meses, numa reportagem incluída no programa *Sexta às 9* da RTP, se fez eco de algumas situações. Só não vê quem não quiser ver.

Um dos principais problemas apontados foi a prática de *dumping social*. Que intervenção pode a AES ter para combater estas práticas e proteger os interesses dos seus associados?

Retomo, precisamente, a questão do trabalho não declarado. Gostaria de deixar claro que a AES defende, com entusiasmo, a concorrência. A concorrência não é só uma decorrência da lei, como, seguramente, se analisa num enorme benefício para o mercado em geral e os adquirentes de serviços em particular. Precisamente no quadro da defesa de um mercado que queremos que opere em sã concorrência é que temos denunciado comportamentos que, de uma maneira ou de outra, a põem em causa. Pensemos de forma simples: não poderia haver concorrência, se, no mesmíssimo mercado, algumas empresas

fossem oneradas com taxas de imposto de 50% e outros pagassem apenas 10%. Ora nos casos em que a violação da lei conduz a uma atividade que escapa às obrigações fiscais e previdenciais, então existe um claro benefício do infrator. No quadro da sua intervenção, a AES tem pugnado por duas medidas muito concretas: em primeiro lugar a implementação de um sistema de inspeção mais eficaz, um sistema inteligente de fiscalização. Em segundo lugar, a consagração, em casos específicos, da responsabilidade solidária da empresa adquirente de serviços de segurança, verificados que sejam determinados incumprimentos da entidade prestadora desses mesmos serviços. Tudo isto faz parte do nosso portefólio de propostas, que temos vindo a tornar públicas e com as quais temos procurado sensibilizar, nomeadamente, o governo, o parlamento e os parceiros sociais.

O Relatório Anual de Segurança Privada (RASP) 2015 referia a necessidade da constituição de um mecanismo fiscalizador multidisciplinar e de um cruzamento de dados para combater más práticas. Como tem decorrido essa ação fiscalizadora e com que efeitos?

O documento a que se refere já resulta, em parte significativa, dizemo-lo sem falsa modéstia, da nossa militância continuada. O relatório do Grupo de Trabalho que foi aprovado com o RASP, constituiu um passo em frente na consensualização de um caminho promissor, que nasceu da crescente sensibilização das várias entidades signatárias. Mas, como diz o poeta António Machado, "o caminho faz-se a andar". É bom ter um propósito e definir uma rota. Agora é preciso agir em conformidade, passando do papel para o quotidiano. Pese embora a boa vontade



segurança privada. Um setor que os portugueses (e não só, naturalmente) se habituaram a respeitar e com o qual se habituaram a conviver. Seja em espetáculos desportivos ou musicais, nas fábricas, nos hospitais, nas universidades, nos prédios, nas lojas ou no transporte de valores, na vigilância eletrónica, tantos são os segmentos em que intervimos. Porque a intervenção cívica no referido espaço público é vital estamos, neste momento, a preparar a nossa entrada no fascinante universo das redes sociais. Entendemos que a divulgação dos nossos pontos de vista, seja feita por esta via, mas também em colóquios, encontros, na produção de textos ou noutros fóruns, pode ajudar a defender os traços fundamentais da atividade e a separar o trigo do joio. Apostamos, igualmente, na implementação da formação, como fator crítico de valorização de quem trabalha nas nossas empresas. Empenhámo-nos, igualmente e com sucesso, ação que partilhamos com todos os nossos interlocutores, na celebração do novo Contrato Coletivo de Trabalho, que se nos afigura como sendo um momento muito relevante, pelo que representa de esforço comum em prol de empregadores e trabalhadores, logrado num contexto muitíssimo difícil.

O setor da segurança tem vindo a modernizar-se com recurso a novas tecnologias. Contando com mais de 36 mil trabalhadores, considera que estes números tenderão a diminuir ou o setor conseguirá absorver este “choque tecnológico” através de, por exemplo, programas de formação?

Admito que essa seja uma das questões que habitualmente definimos com sendo de “um milhão de dólares”. Ninguém sabe, exatamente, como serão os próximos anos e menos ainda as próximas décadas. Mas estou certo que as empresas que representamos, se acham devotadas à análise deste fenómeno, dando-lhe a atenção que ele merece e apetrechando-se para esta nova vaga de inovação. Repescando o que há pouco disse, não tenho dúvidas de que a formação terá aqui um papel vital e, como cidadão, espero que as máquinas, os equipamentos e toda a parafernália da inteligência artificial não nos torne, a nós humanos, obsoletos. O problema está aí, pelo que temos de encarar com inteligência (neste caso humana), mantendo o primado dos valores que colocam a pessoa no centro da organização social e económica e beneficiária das utilidades produzidas.

“A AES tem contribuído para defender e prestigiar o setor da segurança privada

de que tem vindo a ser demonstrada, será preciso intensificar este tipo de ações inspetivas, para que possam dar frutos nos domínios da prevenção das práticas ilegais e, sendo o caso, na sua punição. É preciso fazer muito mais do que o pouco que se tem feito neste campo.

Que outras atividades estão a ser promovidas pela AES no sentido da elevação dos standards e da credibilidade do setor?

A AES tem procurado participar no espaço público de discussão, contribuindo, com as suas posições públicas, para defender e prestigiar o setor da